FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

169

INSCRIÇÕES 654-656



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2018

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projecto de Culture 2000 intitulado VBI ERAT LVPA, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares. A partir do fascículo 65, os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

Instituto de Arqueologia

Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra
Rua de Sub-Ripas | Palácio Sub-Ripas
P-3000-395 COIMBRA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



PEGA DE CERÂMICA COM O VOTO VTF

Foi exumado, a 9 de Setembro de 1981, na 1ª campanha levada a efeito, sob a direcção de Clementino Amaro, na *villa* de Outeiro da Mina, freguesia de Figueira dos Cavaleiros, concelho de Ferreira do Alentejo, distrito de Beja – ou seja, no território do que foi, na época romana, o *Conventus Pacensis* – um cabo de *trulla*, de cerâmica, com a legenda VTF. Foi-lhe atribuída, na altura, a marcação: O.M. 115. Está exposto, com o nº 69, no Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, tendo como número de inventário: MMF.OM.7/2004.

Não foi alvo de estudo epigráfico nem histórico; cumpre, por isso, dar conta da sua importância documental.

Temos, pois, a pega de uma concha (*trulla*, em latim), a que falta a parte côncava. Não admira que tenha uma inscrição – neste caso, o voto VT(*ere*) F(*elix*) – por se tratar de objecto a que se dava, de facto, alguma importância no conjunto dos utensílios de cozinha. Podia, neste caso, ter sido objecto de oferta a quem – homem ou mulher – mais, na casa, se dedicasse às lides culinárias. Anote-se, contudo, que não era concha para uso, mas para decoração, como brinde a religiosamente guardar em lugar destacado da casa!...

Provavelmente foi produzido, até, manualmente, em duas partes que se colaram após a moldagem, circunstância que terá concorrido para facilitar a fractura. Verifica-se que, apesar de se tratar de mui singelo cabo cerâmico, houve requinte por parte do

oleiro, que moldou salientes as letras e cuidadosamente as inseriu no rectângulo do cabo, com um cordão (de 2 e 3 mesmo) a limitálo; perícia houve também em deixar as arestas encurvadas, ao jeito da mão a pegar.

E. Pottier, no artigo «Trulla» que escreveu para o Dictionnaire des Antiquités Grecaues et Romaines, de Daremberg e Saglio, explicita (p. 520) que havia trullae de materiais preciosos e dá como exemplo a descrição feita por Cícero de um vas vinarium, cuja concha era duma única gema enorme, com cabo (manubrium) de ouro. 1 Conta também Pottier que Petrónio quebrou, antes de morrer, uma trulla de vidro murrino, que lhe custara 300 sestércios, porque não a queria abandonar à cupidez de Nero.² Menciona Juvenal (*Sátiras*, 3, 108) uma trulla aurea; refere-se Cícero (In C. Verrem actio secunda, IV, 63, 10) a uma trullam gemmeam, ou seja, ornada de pedras preciosas; Catão (De Agricultura, 13, 2) alude a trullas aheneas, «de cobre». Em inscrições, encontramos três exemplos referentes a trulla argentea, «concha de prata», nomeadamente em contexto de oferendas sacrificiais: CIL II 2326 (Peñaflor, Sevilha), CIL IV 8821 (Pompeios) e CIL X 6 (em Regium Iulium), explicitandose, em relação a esta última, que estava decorada com relevos (anaglypta).

Sirvam estes exemplos para atestar o relevante interesse deste achado. É que, na impossibilidade de oferecer – como aos deuses... – uma concha de ouro ou de prata, o ofertante de Ferreira do Alentejo optou pelo modesto material que tinha à mão; não hesitou, porém, em nele mandar gravar o que o oleiro bem saberia fazer, as três siglas de um voto: que sejas feliz, ao usares desta concha. Prova cabal de uma população que já acedera a um bom grau de cultura. Anota-se na ficha do inventário do museu

¹ A passagem, em que se descrevem os objectos que um pretor fizera questão em apresentar para uma ceia, é a seguinte: «Erat etiam vas vinarium ex una gemma pergrandi trulla excavata manubrio aureo de qua credo satis idoneum satis gravem testem Q. Minucium dicere audistis» (Cícero, *In C. Verrem actio secunda* IV – 62,17)

² A história é contada por Plínio, na sua *História Natural* (37, 7): «T. Petronius consularis moriturus invidia Neronis, ut mensam eius exheredaret, trullam myrrhinam HS CCC emptam fregit».

que será, mui possivelmente, objecto do tempo dos Flávios, ou seja, da 2ª metade do século I da nossa era. Estamos de acordo.

A expressão *utere felix* – por extenso, em siglas ou em abreviaturas – é muito corrente em objectos de um certo valor, nomeadamente anéis. A base de dados de Clauss (http://www.manfredclauss.de/gb/) regista 237 testemunhos, sendo também frequente o uso das três letras, como aqui. A título de exemplo, citamos: um anelzinho de ouro achado em Mérida (registo nº 15 303 da HEpOL); outro anel, proveniente de Villafranca de los Barros (Burguillos, Bética) – CIL II 6260₂₀; o conhecido anel poligonal de ouro encontrado numa sepultura em Dierna (CIL III 1703a)...

A pega mede 4,4 a 5 cm de comprimento; 2,7/2,8 de largura; 0,9/1,0 cm de espessura.

Altura das letras: V = 0.7; T = 0.8; F = 0.9. Espaços: 1: 0.5; 2: 0.3/0.1 cm.

O V é bastante aberto; a barra do T é bem perpendicular; F cursivo na obliquidade das barras (a média ligeiramente mais curta) e na terminação inferior do traço vertical.

José d' Encarnação Maria João Pina





José Luís Madeira | 2018

654

ESTELA DE CONQUISTA DE LA SIERRA, CÁCERES (Conventus Emeritensis)

Recientemente hemos tenido ocasión de viajar una vez más por la comarca de Trujillo. A pocos kilómetros en dirección Guadalupe, se encuentra la localidad de Conquista de la Sierra, enclavada en las estribaciones de las sierras de Las Villuercas. Su antiguo nombre era La Zarza y de allí procedía la estirpe del conquistador Francisco Pizarro. Uno de sus descendientes, Juan Fernando, tras adquirir el titulo nobiliario de «marqués de La Conquista», en 1627 cambió el nombre de la localidad por el que lleva hoy día. Los manchones de tierras fértiles de la zona y los frondosos encinares y alcornocales que pueblan todo el territorio fueron aprovechados para el emplazamiento de *villae* en época romana, de donde seguramente procede la decena de inscripciones, en su mayor parte funerarias, halladas en su término municipal.

La que aquí presentamos se descubrió en la dehesa boyal, desde donde se trasladó a la casa n.º 10 de la Plaza del Llanillo (antes Ruiz de Alda), propiedad de Ángel Cadenas Holguín¹. Actualmente está tumbada en el suelo, en el patio interior de la citada vivienda.

¹ Mi agradecimiento a mi querido amigo José Antonio Ramos Rubio, miembro de la Real Academia de la Historia, quien me acompañó en mi visita a Conquista de la Sierra. También mi reconocimiento a Ángel Cadenas por la amabilidad con que nos acogió en nuestra visita a la localidad y por las facilidades para la realización del estudio de la pieza.

Se trata de un bloque rectangular de granito anaranjado correspondiente a una estela a la que le falta la cabecera. La rotura superior afecta al texto que está incompleto. Se encuentra en un deficiente estado de conservación. El neto está muy erosionado y presenta algunas concreciones de líquenes que dificultan su lectura

```
Dimensiones: (54) x 28 x 14; letras: 5.

+++ · A(nnorum) · LII (duorum et quinquaginta)
H(ic) · S(it-) · E(st) · S(it) · T(ibi) ·
T(erra) · L(evis) · F(il-) · F(aciendum) · C(uravit)·
```

Las letras, con *ductus* irregular y el cincelado poco cuidado, son capitales rústicas y la interpunción redonda.

A comienzos de la primera línea la letra inicial se ha borrado; la segunda conserva un trazo oblicuo de una posible V o más bien A si tenemos en cuenta un leve trazo apenas visible del asta derecha; le sigue una L o quizás más probablemente una E. Tras el punto se aprecia una A con el ángulo superior abierto, un nuevo punto y lo que parece ser el numeral LII, aunque está bastante erosionado. La fórmula funeraria ocupa toda la segunda línea y parte de la tercera. Las SS son desiguales y apenas marcan las astas curvas. En la última hay un arañazo que dificulta la lectura de las dos primeras letras; posteriormente, tras el punto, va la F de *filius* o *filii* y la fórmula final, también en abreviatura.

Las letras AE iniciales de la primera línea pueden corresponder a la terminación de dativo del nombre de la difunta, aunque no se puede descartar su pertenencia a la filiación materna del homenajeado/a. La filiación materna no es muy común en la epigrafía cacereña y suele ser frecuente en el caso de hijos naturales nacidos de una unión extramatrimonial. Otros testimonios similares en la zona se documentan en inscripciones procedentes de Santa Ana,² Torre de Santa María (CILCC I, 355),

² ESTEBAN ORTEGA (Julio), *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres I. Norba* [CILCC I], Cáceres 2007, n.º 330.

Trujillo³ y Villamiel⁴, ejemplo este último algo más alejado, correspondiente a territorio cauriense.

Por la fórmula funeraria completa se fecharía en el último tercio del siglo I o en el II d. C., más probablemente en este último si tenemos en cuenta la posible utilización del dativo para la difunto, que suele ser posterior a los Flavios.

Julio Esteban Ortega



655

³ Corpus de inscripciones latinas de Cáceres II. Turgalium, Cáceres 2012, n.º 824.

⁴ Esteban Ortega (Julio), «Capitel con inscripción en Villamiel (Cáceres)», *Ficheiro Epigráfico* 126, 2015, 2-6, n.º 535.

O GRAFITO MVSA EM CERÂMICA ROMANA DE S. MIGUEL, ODEMIRA

No âmbito da campanha de escavações levadas a cabo no local da Ermida de S. Miguel (S. Miguel, freguesia de S. Teotónio, concelho de Odemira; Endovélico CNS33502), foi encontrado, em Fevereiro de 2015, o fundo de um prato de *terra sigillata* hispânica com um grafito (Fig. 1). O recipiente enquadra-se¹ na forma Drag. 18, modelo produzido após 50 d. C. e que desaparece genericamente no decurso da centúria seguinte² (ainda que outros autores³ admitam que perdurou no séc. III, pese ausência de corroboração estratigráfica conhecida⁴). Embora a falta do

¹ Os AA agradecem a Carolina Grilo pela classificação da peça cerâmica.

² MAYET (Françoise), Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Peninsule Ibérique sous l'Empire romain, Paris, 1984, Ed. De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris, 12; Collection de la Maison des Pays Ibériques, 21), p. 72.

³ MEZQUÍRIZ (María de los Ángeles), *Terra Sigillata Hispánica*, Valencia, 1961, The William Bryant Foundation, p. 58.

⁴ Bustamante Álvarez (Macarena), Terra Sigillata Hispánica en Augusta Emerita. Valoración tipocronológica de los vertederos del subur-

bordo não permita uma aferição cronológica mais precisa, a parede carenada ligeiramente encurvada do exemplar em questão (Fig. 2), parece permitir situá-lo entre a época flávia e os inícios do séc. II d. C., à semelhança de exemplares de Mérida⁵. Encontra-se guardado actualmente (2018) no depósito de arqueologia da Câmara Municipal de Odemira, com o número de inventário MIG14.204.01.

Parcialmente preservado sob um nível de ocupação medieval de período islâmico (séc. X-XI) e sob a ruína da ermida quinhentista — cuja insólita demolição, em 2004, desencadeou a intervenção de escavação arqueológica em área que, finalmente, se realizou de Dezembro de 2014 a Maio seguinte —, o sítio romano de S. Miguel situa-se na encosta suave sobre a margem direita do paleo-estuário da Ribeira (antigo rio) de Odeceixe, a 4 km da sua foz no oceano. Enquadra-se, como outros estabelecimentos fluviais coevos situados no interior de estuários do Sudoeste português (ex. Odemira ou Aljezur), em ponto que se presume ter sido directamente acessível a navegação marítima, pelo "mar interior" do canal estuarino. S. Miguel está ainda junto do nó de vadeação do rio na velha estrada norte-sul paralela à costa.

Na primeira ocupação de S. Miguel em época romana, foi erigido um edifício com dimensões superiores a 5 metros, de planta tendencialmente ortogonal, estruturado em vários compartimentos alongados e/ou um corredor de circulação comprido, que foram encontrados sob as fundações da parede sul da capela-mor da ermida. A peça com o grafito foi recuperada na decapagem do estrato [204], que é um depósito de sedimento escuro. Corresponde ao nível de colmatação, após abandono, desse primeiro edifício de época romana construído no local. Foram encontrados, no mesmo estrato [204], fragmentos de campaniense B, de cerâmica cinzenta brunida de produção local/regional, de t. s. sudgálica e hispânica

bio norte, Mérida, 2013, CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología, LXV), p. 277.

⁵ Idem, ibidem, Lámina 106, nºs 4 e 5 e Lámina 107 nº 1 e 4-6.

lisa e decorada, de cerâmica de paredes finas, de ânforas produzidas na Andaluzia meridional. Foram também recolhidos no mesmo nível vestígios de actividades paleosiderúrgicas (escórias de redução e forja) e elementos de fauna mamalógica e malacológica, bem como artefactos relacionados com a pesca. Atendendo aos materiais, crêse que a ocupação do local se estendeu desde finais do séc. I a. C. ao século IV da nossa era.

A inscrição que se dá a conhecer (Fig. 3) é excepcional em todo o litoral entre Sines e Sagres, onde são desconhecidas outras manifestações de epigrafia latina.

Dimensões do fragmento: 10,7 x 6,9 x 3,6 cm, espessura máx. 8 mm (área do grafito), diâmetro original estimado do prato de aprox. 17 cm.

MVSA *Musa*.

Altura das letras (em cm): M=1,62; V=1,54; S=1,83; A=1,87.

Tenuemente gravados à mão levantada, com estilete bem aguçado, após a cozedura, os caracteres são, por isso, cursivos: no M, a segunda haste não toca na primeira; o V é muito lançado, bem aberto, com a haste da esquerda a ultrapassar o vértice; S deveras esguio, quase sem «ondulação»; A com travessão isento e oblíquo, com a haste da direita a ultrapassar o vértice; sob o grafito, são identificáveis os traços leves de esboços prévios do M, do V e do S, os três descentrados da inscrição final.

Gravado na parte mais baixa do fundo interno (em redor da pequena saliência do onfalo), destinava-se naturalmente a criar um efeito de surpresa a quem do prato se fosse servir e não nos repugna adivinhar que se trate de galanteio. Ou seja: o prato foi destinado a oferta a uma senhora ou menina e o ofertante houve por bem compará-la a uma Musa, inspiradora como seria dos seus sonhos mais poéticos e deleitoso viver.

Musa é antropónimo latino de que ocorrem

testemunhos na epigrafia da Hispânia romana, inclusive no conventus Pacensis: em Viana do Alenteio, está o altar funerário de Musa, de 60 anos, que lhe foi erigido por *Livia*, sua liberta (HEpOL 21 179)⁶; um dos ex-votos a Endovélico é feito pela saúde de Vernacla, escrava de Trebia Musa (HEpOL 22 113). Outros exemplos hispânicos: em Toledo. Pompeia Severa chamou de Musa a sua escrava (HEpOL 255); na zona de Sevilha, achou-se o epitáfio de *Claudia Mus*[a], de 60 anos (HEpOL 3183); em Magacela (Badajoz), também um Sabinus quis fosse Musa a sua escrava (HEpOL 4536); em Astorga, a irmã de Pompeia Epictesis chamou-se Pompeia Musa (HEpOL 8469 – estaremos, aí, em ambiente de libertos, dado o cognomen grego Epictesis); em Tarragona, referem-se Domitia Musa e Caecilia Musa, igualmente em meio de libertos (HEpOL 10 022 e 10 054). Em Rubí (Barcelona), identificou-se também um grafito, em tudo semelhante ao que nos ocupa, realizado após a cozedura num vaso de terra sigillata sudgálica Drag. 27, datável de meados do século I; consideram os editores que se trata de «marca de proprietário», certamente por – diversamente do que sucede agui – se encontrar no bojo; e anotam que Musa é nome a que deve atribuir-se uma conotação «servil», de que não são raros os testemunhos achados no Nordeste ibérico⁷

Luís Coelho e Manuela Alves Dias tiveram ocasião de se debruçar sobre as ocorrências então conhecidas de nomes de Musas na epigrafia romana peninsular;8 tratam

⁶ HEpOL = *Hispania Epigraphica On-line*, Universidad Complutense de Madrid, acessível em: http://eda-bea.es/ . Indica-se o número de registo desse *corpus*.

⁷ Fabre (Georges), Mayer (Marc) et Rodá (Isabel), *Inscriptions Romaines de Catalogne* V. *Suppléments aux Volumes I-IV et Instrumentum Inscriptum*, Paris, 2002, n° 20, p. 135-136, pl. XLVI (que, com a devida vénia, se reproduz – Fig. 4).

⁸ Coelho (Luís) e Dias (Maria Manuela Alves), «As *Musae* na *Hispania*: Mitonímia e onomástica pessoal», *Euphrosyne* XVI, 1988, 341-352.

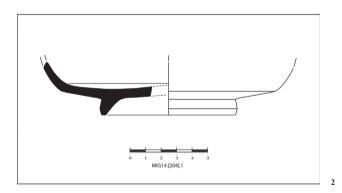
de *Musa* nas p. 343-345 e concluem que a adopção deste «tipo de cognomes não correspondia, em prestígio social, à carga cultural que o significado do cognome músico potencialmente representaria» (p. 351) — observação que se coaduna cabalmente com o que se depreende dos exemplos ora citados.

Seria escrava ou liberta a *Musa* a que esta «preciosa» taça de *terra sigillata* foi oferecida? Nunca o saberemos aqui e nem vale a pena lucubrar. Em todo o caso, continua a ser para nós mais aliciante não atentar no seu eventual estatuto, mas sim na ternura que dessa designação se desprende, independentemente do estatuto de que porventura gozava.

Um sintoma, sublinhe-se também, de nível cultural não despiciendo – e isso é que importa relevar.

Jorge Vilhena Joel Rodrigues José d'Encarnação





656





656